



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº. 19783/18

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – PENSÃO – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS DO BENEFÍCIO – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO ATO CONCESSÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 00239/2019

1. DADOS SOBRE A PENSÃO:

1.1. BENEFICIÁRIO(S) E NATUREZA DO BENEFÍCIO:

Josélia Ferreira dos Santos Bandeira	Vitalícia
André Vinícius dos Santos Bnadeira	Temporária

1.2. SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

- 1.2.1. Nome: Roberto Bandeira André
- 1.2.2. Matrícula: **0005393**
- 1.2.3. Cargo: **Professor de Nível Superior**
- 1.2.4. Lotação: **Secretaria de Educação**

1.3. ATO:

- 1.3.1. Data: **31/10/2018 (fl. 75).**
- 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Boletim Oficial do Município, de 31/10/2018 (fl. 76).**
- 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente do Inst. de Assistência e Prev. Municipal de Guarabira, Senhor José Jeremias Cavalcanti.**

2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **em seu relatório inicial (fls. 96/99), a Auditoria concluiu pela legalidade do ato concessório da pensão, formalizado pela Portaria de fls. 76, entendendo pelo seu registro.**

3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.**

4. VOTO: **considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, reconheço que o processo está devidamente instruído, a beneficiária preencheu os requisitos legais à percepção da pensão, os cálculos estão corretos e o ato foi expedido por autoridade competente, razão pela qual VOTO pela declaração de sua legalidade e concessão do competente registro.**

ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato concessório do benefício, expedido por autoridade competente, em favor de beneficiário apto e do correspondente cálculo, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 14 de fevereiro de 2019.

Assinado 15 de Fevereiro de 2019 às 10:52



Cons. Marcos Antonio da Costa
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 18 de Fevereiro de 2019 às 09:50



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO